

Animais, Monstros e Disformidades: a “Zoologia Política” no Processo de Construção do Império do Brasil

Marco Morel

Introdução

As metáforas e as diferentes imagens que utilizam animais, monstruosidades e deformações corporais humanas, com suas particularidades e diversidades, fazem parte de um fenômeno vasto, na medida em que engloba toda a trajetória humana, e não apenas um momento de nossa própria civilização ou nacionalidade. Trata-se de uma das mais antigas expressões culturais produzidas ao longo dos tempos e das civilizações (Chevalier & Gheerbrant, 1982: 46), encontrada desde as pinturas rupestres, passando pelos bestiários medievais, pelas lendas fantásticas dos descobrimentos e até mesmo, no caso do Brasil recente, pelos “gorilas” e “tubarões” dos anos 1960 ou os “anões” dos anos 1990... Para além do aspecto pitoresco ou anedótico (e por que desprezar o humor na escrita da história?), essas manifestações fazem parte de um movimento estruturante dos códigos e das relações em uma sociedade.

Nota: Este artigo foi extraído do capítulo 3 de minha tese de doutorado, *La formation de l'espace publique moderne à Rio de Janeiro (1820-1840): opinion, acteurs et lieux*, apresentada em 1995 à Université de Paris I.

Sem perder de vista tal perspectiva, o presente trabalho tem por objetivo fazer uma abordagem histórica num quadro geográfico e cronológico específico. Ou seja, examinar como tais imagens se faziam presentes nos debates e no vocabulário político das elites brasileiras dos anos 1820-1840 que atuavam na Corte (Rio de Janeiro), no âmbito do processo de independência, de consolidação do Estado nacional, de transformação dos espaços públicos (Habermas, 1978) e de afirmação de uma cultura política (Baker, 1987-1989 e Pocock, 1985: 1-34) baseada nos princípios da modernidade e do liberalismo constitucional. A imprensa de opinião do período é usada como fonte e lugar de produção desse tipo de imagem.

Estamos, pois, diante do cruzamento de uma antiga forma de expressão cultural com determinada cultura política. Nos primórdios da construção de uma modernidade política no Brasil – sobretudo no chamado processo de independência, em que se buscava consolidar os princípios de uma monarquia constitucional censitária – vemos aparecer no vocabulário uma espécie de “zoologia política” ainda pouco estudada. Essas formulações situam-se no âmbito das disputas entre adversários e aliados, fundadas geralmente na dicotomia valorização/depreciação. E, no caso estudado, inserem-se numa dupla preocupação, que marcava as visões de mundo da época: a importância da *razão* e o conhecimento do mundo animal.

Nos meios de difusão como a imprensa do princípio do século XIX, encontram-se com frequência diversas imagens que começam invariavelmente por expressar uma lógica baseada na supremacia da razão, vista como atributo humano essencial. Trata-se, assim, de uma crítica a tudo que parece ser irracional. Múltiplas metáforas “zoológicas” povoavam a discussão pública. Entre essas imagens, algumas se fixaram e tornaram-se quase institucionalizadas no vocabulário da época.

A importância da noção de *razão* no século XIX foi bem analisada no âmbito da história das idéias políticas por Rosanvalon (1986). Nesse contexto, a razão deveria ser soberana, sentido último da política. Os que não eram vistos como portadores de uma racionalidade eram facilmente associados aos animais. Mais do que um recurso retórico para desqualificar ou ridicularizar os adversários, a animalização dos protagonistas aparece como estruturante de um sistema de valores e do pensamento de uma época. A modernidade, como se sabe, caracterizou-se, entre outras coisas, pela vontade de domesticar a natureza como caminho para o progresso da civilização.

Para compreender esse aspecto, é preciso levar em conta, no começo do século XIX aqui estudado, quais eram as concepções das relações entre os homens e os animais (talvez disséssemos hoje os “outros animais”...). As idéias predominantes, como se sabe, haviam sido formuladas no domínio das ciências naturais;

os principais autores eram os naturalistas Carl von Linné (1707-1778) e Georges Louis de Buffon (1707-1788). Uma questão essencial que se colocava era: como é possível reconhecer um ser humano? A resposta elaborou-se num quadro mental marcado por um paradoxo: uma espécie de subestimação sistemática das diferenças entre o homem e os outros seres vivos, caracterizada por uma visão fixista, isto é, não evolucionista, da espécie humana.¹ Ou seja, a visão do “mundo natural” que predominava no âmbito das elites letradas de formação europeia, na época da independência brasileira, não era o evolucionismo.

Entre os que se inseriam nos parâmetros do liberalismo político e partilhavam também as indagações em torno do paradoxo racional-animal, temos, por exemplo, Evaristo da Veiga (1799 -1837), redator do jornal *Aurora Fluminense*, em cuja biblioteca havia pelo menos dois livros abordando diretamente o assunto, mais particularmente a classificação dos macacos: *Histoire naturelle des singes et des makis*, de Jean-Baptiste Audebert, de 1809, e *Histoire naturelle générale et particulière des singes*, de Pierre-André Latreille, de 1810.

A preocupação das ciências naturais era, pois, afirmar (e provar) a unidade do gênero humano, sua descontinuidade com a natureza animal. Diante da vaga transformista ou evolucionista que timidamente vinha à luz, Buffon mantinha-se fixista. Dentro dessa linha, insistia-se em dizer que o ser humano tinha uma “alma”, isto é, inteligência, espírito, razão. Reiterar as diferenças entre o homem e o mundo animal equivalia a exorcizar um fantasma que insistia em rondar. Essa necessidade de marcar diferenças correspondia, no fundo, a uma ambigüidade de fronteiras.

Gritos e animais: o “nascimento” da nacionalidade

A selvageria, nesse quadro, tornava-se uma espécie de antônimo do bom comportamento político. Pode-se ver esse elemento na seguinte citação: “O carater Brasileiro he naturalmente doce e generoso. Para que são actos de ferocidade innuteis, perpetrados contra homens inermes, contra Paes de familia, talvez mesmo contra bons patriotas?” (*Aurora Fluminense*, nº 478, 29 abril de 1831).

À doçura, patriotismo e bondade dos cidadãos, opunha-se a ferocidade. Só havia um passo a dar no sentido de completar essa lógica razoável. Era a introdução do conceito de razão: “Si os Periodicos livres accusam estes desvarios, assanham-se as viboras e por todos os lados chovem sarcasmos e virulentas exprobações, para fazer emudecer a voz da Rasão que clama pelo remedio precioso aos olhos da Patria.” (*Astréa*, nº 629, 21 de outubro de 1830).

As víboras contra a pátria, a loucura contra a razão, enfim, a barbárie contra a civilização. Tal era o sentido desse gênero de discurso, cujo objetivo era

cada vez mais claro: delimitar um terreno político legítimo, construir fronteiras entre o que podia e o que não podia ser admitido no debate público.

A idéia de exaltação, que se consolidou por alguns anos no nome de uma tendência política da época, os “exaltados”, era constantemente associada às imagens de animais. O panfletário Cipriano Barata (1762-1838), por exemplo, era alvo desse tipo de ataque. Seus partidários eram chamados da seguinte maneira: “A vista disto, gritem até que arrebentem, os imitadores das Galinhas de Guiné.” (*Atalaia*, nº 12, 18 de agosto de 1823). A respeito do mesmo personagem, o mesmo jornal afirmava ainda: “Eis a linguagem dos Franchinotes, que Voltaire appellida meios Tigres e meios Macacos.” (*Atalaia*, nº 10, 6 de agosto de 1823).

Duas imagens sugestivas: gritar até explodir e transformar-se ao mesmo tempo em fera e macaco. Eram como caricaturas que traziam alusões depreciativas ao adversário visado. A linguagem e a oratória dos exaltados eram apresentadas como gritos selvagens e ameaçadores.

Signos semelhantes eram utilizados contra os republicanos dos países vizinhos do Brasil. Um jornal de tendência ultramonarquista falava justamente nas “onças colombianas” (*Gazeta do Brasil*, nº 22, 11 de agosto de 1827). E as sociedades secretas eram aludidas assim: “Dorme o Leão no Caminho” (*Atalaia*, nº 1, 31 maio de 1823). Quer dizer, havia um perigo feroz no caminho. A imagem do leão pode ser também alusão à valorização da noção de soberania popular, em voga nas emergentes repúblicas sul-americanas, que ameaçaria os demais habitantes assim como a “selva”. Nesse mesmo sentido, a idéia de igualdade era percebida como obra de “Condores” e “Urubus”, sendo os destrutores da vida associados aos destrutores da ordem (*Diario Fluminense*, nº 17, 24 de janeiro de 1831). O condor, como se sabe, era o emblema da América andina e tornou-se, mais tarde, um dos símbolos do romantismo brasileiro.

Temos aí elementos para fazer um bom jardim zoológico: exaltados, republicanos, sociedades secretas, as idéias de igualdade e soberania popular, com seus rótulos de animais. Mas é interessante assinalar que os acusados também tentavam revidar e devolver as críticas aos adversários. Os perseguidores do mesmo Cipriano Barata eram tratados como “matilha jesuítica”, os absolutistas eram chamados de “cães damnados”, enquanto os dois últimos monarcas da dinastia de Bragança, dom João VI e dom Pedro I, recebiam o apelido de “feras coroadas” (*Nova Luz Brasileira*, nº 145, 8 de junho de 1831; idem, nº 8, 5 de janeiro de 1830; idem, nº 140, 1º de maio de 1831).

Além do embate entre liberais e absolutistas, outras camadas da população eram envolvidas na discussão. Os escravos, como se sabe, eram comparados aos animais, tanto na legislação como em termos que se queriam científicos. Não é de espantar que fossem tratados segundo a mesma ótica pela imprensa: “O escravo nem possui Pátria, nem prosperidade, nem religião, nem o natural ser

de homem: escravo não é exactamente homem; porque não estando de posse dos seus direitos naturaes proprios que constituem sua excencia (...)” (*Nova Luz Brasileira*, nº 12, 19 de janeiro de 1830). Para esse redator, os escravos não possuíam condição humana.

Os portugueses partidários do Antigo Regime, quer dizer, os que se opunham à independência brasileira, eram por seu turno chamados de “feras”.² Na medida em que a razão marcava um lugar de equilíbrio, todos os que saíam desse quadro eram tidos como irracionais. Nesse sentido, os escravos e os absolutistas eram os adversários das chamadas liberdades modernas (na expressão do liberal Benjamin Constant), assim como as feras se opunham aos seres humanos.

Vê-se, assim, que os exaltados, e também seus adversários, tentavam animalizar-se uns aos outros. Mas deve-se reconhecer que essas imagens marcavam sobretudo os primeiros.

É verdade que alguns, com certa dose de humor, assumiam suas características “animais” convertendo-as em armas para o combate político, a começar por alguns jornais do Rio de Janeiro, que exibiam títulos como *O Macaco Brasileiro*, *O Papagaio*, *O Beija-Flor* ou *O Minhoca*, *Verdadeiro Filho da Terra*, entre outros.

A epígrafe de *O Papagaio*, desde seu primeiro número, era em francês e atribuída a Molière: “*Les bêtes ne sont pas si bêtes que l'on pense*” (nº 1, 4 de maio de 1822). Percebe-se assim que a animalização tornou-se tão comum nos debates políticos que passava, às vezes, a ser assumida como característica positiva. Sempre nesse mesmo registro, eis como o redator do *Macaco* contava o “nascimento” de sua própria voz: “(...) quiz fallar; deime aperros; dezejei ser Papagaio; (...) Teve então de mim piedade Minerva, por ver tão bons dezejos: e o amor, que sempre consagrei às Livrarias, e concedeo-me a falla, para me poder desafrontar.” (*O Macaco Brasileiro*, nº 1, 1822).

O macaco era percebido como uma criatura híbrida entre os animais e os homens: sem ter perdido sua característica de animal, teve a oportunidade de ter uma voz para se expressar. Assim, a racionalidade política era associada à condição animal. O mesmo jornal cultivava tal ambigüidade afirmando que “(...) os Pretos penção, que os Macacos tem sido gente; e hum celebre Filosofo diz que os Homens não são senão Macacos civilizados” (*O Macaco Brasileiro*, nº 5, 1822).

Macacos, negros e civilização: esses ingredientes se misturam na construção de um tipo de imagem bem precisa no vocabulário político. O macaco se caracterizava, de acordo com os mitos mais tradicionais, pelo dom da imitação, da palhaçada, da vagabundagem. Dotado de uma certa consciência, às vezes se lhe atribui uma alma. O macaco pode ser percebido até como um iniciado em

certos ritos, nos quais representa o papel de um mágico astuto ou malandro (Chevalier & Gheerbrant, 1982: 885).

O célebre filósofo lembrado pelo redator de *O Macaco Brasileiro* era exatamente Buffon, que aliás não era nomeado no texto. Mas sabemos que, nas suas reflexões sobre a condição humana, o cientista francês fazia o seguinte comentário: “(...) *tandis que les nègres presque aussi sauvages, aussi laids que ces singes, et qui n’imaginent pas que pour être plus ou moins policé, l’on soit plus ou moins homme, leur ont donné un nom propre (pongo), un nom de bête et non pas d’homme*” (Buffon, 1822: t. 3, p. 8).

Vê-se assim que os limites entre animalidade e humanidade eram um tema caro a Buffon e seus contemporâneos. E os cientistas europeus, guiados sobretudo pelos critérios da cor da pele e da beleza estética, classificavam os homens negros nessa zona híbrida entre o humano e o animal. Os animais eram ainda francamente mal conhecidos pela ciência da época – algo que pode parecer incompreensível diante da banalização do “mundo animal” em nossos dias. Para ilustrar esse desconhecimento, basta lembrar que o primeiro gorila só seria examinado por um europeu nos anos 1840 (cf. Tinland, 1992).

As elites letradas brasileiras constantemente buscavam o espelho da civilização ocidental européia em seu esforço de construção de uma identidade. Voltando à imprensa brasileira, sabemos que *O Beija-Flor*, contando sua “morte”, quer dizer, o fim de sua existência enquanto jornal, elaborou a seguinte metáfora: “ (...) tanta Bixaria grita de dia, e de noite, que não ha animal, por grosseiro, ignorante e estúpido que seja, que não queira orar perante o publico” (nº 8, 1830).

O Beija-Flor queria se apresentar como portador de uma voz fina e delicada, em oposição à brutalidade dos outros jornais, entre os quais não conseguiu sobreviver. Nesse sentido, a animalização se reveste de uma característica positiva. Tanto no momento do “nascimento” (*O Macaco Brasileiro*) quanto na hora da “morte”, o ponto de referência era a voz, isto é, a palavra, a expressão política.

A animalização tornava-se um trunfo de tipo patriótico aos olhos de um outro redator: “Se nos he licito dizer, não havendo por ahi alguns embargos de 3º, que o Minhoca he o verdadeiro Filho da Terra por n’ella se haver gerado, creado e domiciliado.” (*O Minhoca, Verdadeiro Filho da Terra*, nº 1, 2 de novembro de 1831). É de se observar na citação acima que o discurso patriótico, duramente atingido pelas imagens de animais, tentava por sua vez escapar às críticas, mas sem romper com a lógica da animalização. Ao contrário, tratava-se de assumir a associação entre uma nação que não se considerava “civilizada” dentro dos padrões europeus e os animais.

Temos aqui uma faceta diversa da questão, cuja explicação pode ser etimológica. Poderíamos encontrar em animal o sentido de *anima*, em latim, que

significa o princípio da vida: a alma, o espírito, a expressão. As imagens de animais, atingidas pelo crivo da racionalidade moderna, buscavam tomar, ou retomar, um sentido antigo, como para se defender dos ataques. Mas esse tipo de visão (visão positiva da animalização) acabou ficando num plano secundário em relação ao vigor dos golpes lançados em nome da soberania da razão política.

Todas essas polêmicas, digamos, zoológicas, criavam, com uma boa dose de picaresco, uma quase banalização dessas expressões nas discussões políticas. O tema dos animais tornou-se difundido entre as metáforas cotidianas na imprensa de opinião. Um redator chegou mesmo a compor uma verdadeira tipologia dos jornais sob essa ótica: “O *Analista* he representado por um lindo Gallo; o *Jornal do Commercio* pelo rouxinol; o *Diario Fluminense*, por hum lindo canario, que fulmina; o *Amigo da Verdade* pela pomba; o *Telegrapho* pelo pintasilgo; e o *Courrier* pela aguia. Deixando as aves domésticas ou domesticadas do viveiro ministerial, os jornaes liberaes, ou da opposição são simbolizados pelo modo seguinte – o *Pharol* he abutre; o *Astro* jahu; a *Malagueta* cascavel; a *Aurora* raposa; a *Gazetta Parahibana* serpente; a *Astréa* orarau; o *Universal* finalmente um gato. Nem se lembrou o pobre sonhador que, destes animaes, a mesma raposa, que he hum dos nossos valentes, dando no galinheiro destroçaria toda aquella passarinhada.” (*Aurora Fluminense*, nº 213, 15 de junho de 1829).

O texto acima é significativo. Primeiro, porque os jornais pró-governamentais (tratava-se do Primeiro Reinado) eram classificados entre as aves domésticas, mais domesticadas e menos ameaçadoras, enquanto a imprensa de oposição era comparada com as feras. Vemos aqui reaparecer o dualismo racional/irracional no registro político. E como o narrador, por seu turno, era redator de um dos jornais de oposição, tentava escapar ao lado depreciativo da animalização esforçando-se para valorizar a sagacidade, a força, enfim, a energia da raposa que foi acusado de ser.

O estigma animal

Além dessas imagens diversas e diversificadas, havia outras, que se institucionalizaram no vocabulário político da época. Sempre dentro do quadro mental do processo de independência, marcado pelo antagonismo patriota/anti-patriota, os brasileiros eram constantemente comparados aos caprinos: bodes, cabras, cabritos. Eram imagens que invariavelmente se associavam, mais uma vez, à voz, à busca de uma expressão: o cabrito que berra.

Havia, pois, segundo o testemunho de um brasileiro, o costume “(...) de nos chamar de Bodes por meio da palavra *bérros* em caracter grifo. Ora não ha maior arrojo, nem mais vulcânico dezaforo, do que o de hum estrangeiro Luzitano, que vivendo, por alta mercê em nossa terra, tem a ouzadia de nos

insultar, chamando-nos Bodes!"; "(...) os vendeiros e homens de assougues se juntarão nos dias do terror, clamando que hião matar cabritos, e esbordoarão varias pessoas, cujo crime era serem brasileiros" (*Aurora Fluminense*, nº 464, 21 de março de 1831).

Bode, assim, era um apelido dado aos brasileiros por portugueses que permaneciam no Brasil após a independência. Essas comparações apareciam com freqüência nos debates da época, em que os exemplos se multiplicam. Tentando apropriar-se dessa lógica, os ofendidos retrucavam: "(...) são caiados bodes de Portugal" (Idem, *ibidem*).

Mas tal resposta não conseguiu se impor diante da força do estigma. Sobretudo os brasileiros eram identificados com o bode. Assumindo às vezes tal "identidade", alguns buscavam transformá-la em *anima*, ou alma. Como, por exemplo, uma mulher que enviou uma carta a um jornal afirmando: "Sou mulher, Brasileira, e portanto sou cabra, na linguagem desses Srs., não tive a educação necessaria para formar o espirito, e dizer bonita phrase o meu pensamento." Indo nesse mesmo sentido, um outro leitor, masculino, escrevia que era "O cabrito que não se deixa comer". Outro ainda era "Hum Cabrito Cidadão Brasileiro" (*Aurora Fluminense*, nº 464, 21 de março de 1831; *Astréa*, 29 de março de 1831, e *Nova Luz Brasileira*, nº 70, 20 de agosto de 1830).

Não é surpreendente essa espécie de recuperação positiva da imagem da cabra. Na mitologia, a cabra aparece sobretudo como a encarnação de uma figura matricial, protetora, iniciadora, tanto no sentido físico como no místico. Ao mesmo tempo, é livre e ágil. E o cabrito associava-se comumente à cabra (cf. Chevalier & Gheerbrant, 1982: 237).

Essas expressões imperaram durante a elaboração do processo de independência do Brasil. É interessante lembrar que na linguagem maçônica da época (que se inspirou, como se sabe, em antigos saberes esotéricos), a imagem do bode estava presente. A figura do bode aludia à impureza animal, que se opunha ao homem (Mellor, 1979: 83). Não é impossível que essa imagem do brasileiro enquanto bode tenha sido difundida pelas lojas maçônicas portuguesas no quadro dos conflitos da independência.

O bode, na simbologia das sociedades antigas, desempenhava um duplo papel, de acordo com a época ou a cultura: era, de um lado, símbolo da potência, santo, representante do fogo do sacrifício, fonte de uma nova vida; de outro, era visto como satânico, instintivo, corrupto e maléfico. Santificado ou divinizado, o imaginário em torno do bode era sobretudo trágico: o bode era como um *élan* vital, que pode ser generoso ou nefasto (Chevalier & Gheerbrant, 1982: 138). Nos documentos que estudamos, essas duas representações, a satânica e a benéfica, estavam presentes.

Os portugueses, por sua vez, se viam chamados de camelos por seus adversários brasileiros (*Nova Luz Brasileira*, nº 63, 27 julho de 1830). Mas tratava-se, nesse caso, sobretudo de uma variação da deformação humana, a corcunda, constantemente associada com os europeus ou com os partidários do despotismo, como veremos mais adiante.

As imagens de caprinos, aplicadas aos escravos, adquiriam uma conotação racial. Entre os anúncios de jornal liam-se constantemente coisas do gênero: “Vende-se na rua dos Invallidos nº 52, huma linda rapariga cabra, muito bem feita, com abundancia de leite, e sabe cozer, tecer, fiar, cozinhar, e engoma liso, faz também queijos” (*Diario Fluminense*, nº 77, 29 de setembro de 1830). Poder-se-ia acreditar, por esse anúncio, que estava à venda um animal de boas qualidades.

Sempre no domínio da identidade racial, havia uma carta (que era uma maneira de guardar o anonimato) assinada pelo “Cabritinho Jorge Catana”, que fazia uma declaração: “O gentes de côr, Pardos, Indios, Mestiços, e de todas as côres, uni-vos aos bons Brasileiros natos, e de direito; vede que vos chamão Branquetes, Mulatetes, Torrados e Negretes; segundo a fraze do perverso Bracete” (*Nova Luz Brasileira*, nº 17, 5 de fevereiro de 1830).

Poderíamos acrescentar outra variável dessa identificação “animal”: o trabalhador manual, o artesão, que assim tomava lugar ao lado dos patriotas e dos negros ou mestiços. A citação seguinte pode ser compreendida nesses termos: “Não se persuadão, que um çapateiro, por isso que é çapateiro, não se deva intrometer com a politica, por que isso seria o mesmo que pensar que um çapateiro não é gente, ou não sente, como qualquer outro cidadão, os bens e os males da patria” (*O Çapateiro*, nº 1, 4 de novembro de 1835). A mensagem era direta: sapateiro, profissão artesanal, é gente, não bicho, e almeja o direito à cidadania.

Eis aí uma mistura explosiva abrigada sob o signo da animalização: escravos, negros, mestiços, patriotas, brasileiros e trabalhadores manuais. As imagens depreciativas constituíam uma marca forte dessa zoologia política. Um travo de humilhação e de complexo de inferioridade marcando o começo da construção da identidade brasileira. A elite política brasileira, que assumia o discurso do liberalismo político, era marcada por essa moeda de duas faces: sustentava a escravidão e buscava mirar-se no espelho de uma identidade branca, quer dizer, civilizada e européia.

Vimos aqui em linhas gerais quais eram os sentidos das imagens de animais no debate político. A divisão se fazia em dois campos de metáforas: os brancos, europeus ou europeizados, civilizados, politicamente razoáveis, legítimos, racionais, capazes; e os negros, mestiços, brasileiros, escravos, americanos, republicanos, selvagens, ferozes, bárbaros, irracionais, em suma, animais não

domesticados... Os ofendidos, os “animalizados”, tentavam revidar, ora assumindo o símbolo de força vindo da natureza animal, ora devolvendo os insultos no mesmo tom. No meio da diversidade de imagens de animais, os caprinos foram os que mais se fixaram nesse momento.

Os monstros do despotismo

Se, nas expressões da cena pública ao longo do processo de independência, a imagem predominante dos brasileiros passava pela animalização, isso não encerra a complexidade da questão. Dentro dos limites dessa simbologia política, pode-se considerar que os brasileiros se encontravam como que encurralados. Os apelidos lançados do outro lado do “campo de batalha” se compunham de injúrias de conotação animal. Ora, esse tipo de ataque era mais doloroso na medida em que se sabe que, no campo político dos patriotas-brasileiros, um dos grandes desafios era justamente provar seu grau de civilização e construir sua via para a modernidade. E o modelo da modernidade era justamente... o adversário que atacava com insultos animais.

Diante desse impasse parece-nos que um tipo de solução foi adotado de maneira sistemática. Uma vez mais a resposta dos construtores da nacionalidade, da idéia moderna de nação, foi encontrada nas concepções mais tradicionais. As imagens dos monstros, freqüentemente associadas ao despotismo nos Antigos Regimes europeus e estudadas por Michel Vovelle (1989), aparecem com força no decorrer do processo de independência brasileiro. Monstruosidades e aparências humanas deformadas caracterizavam um outro conjunto de metáforas.

Aos inimigos da independência aplicava-se esse tipo de comparação. Apesar da evidente intenção injuriosa, essa caracterização mantinha-se num campo humanizado, o que de certa forma preservava os atingidos de serem comparados aos animais. Afinal, eram esses adversários os mesmos que encarnavam um certo modelo de civilização...

As afirmações eram explícitas: “Não são Portuguezes, não são homens; são monstros mais hediondos que os do Museu de Aldrovando” (*Reclamação do Brasil*, Parte VII, 19 de julho de 1822).³ Outro exemplo é o de José Clemente Pereira, prócer que, embora nascido em Portugal, fizera sua carreira no Brasil. Mesmo tendo sido um dos mais ardorosos combatentes da independência em 1822, Clemente era sempre acusado de pertencer ao campo português, isto é, despótico, durante o Primeiro Reinado brasileiro. Era tratado de “traidor à nossa Patria” e “monstro inquieto e perverso” (*Nova Luz Brasileira*, nº 33, 2 de abril de 1830).

A monstruosidade não era somente associada aos que tinham nascido portugueses, mas a todos os que formavam o campo político chamado de por-

tuguês, quer dizer, o campo identificado com o absolutismo e o antipatriotismo. Os adeptos do chamado partido recolonizador, por exemplo, eram chamados de “monstros inimigos encarnissados da monarquia constitucional”, que almejavam “o errado intento de verem se assim volvem os mizeros dias coloniaes” (*O Republico*, nº 3, 9 de agosto de 1830).

A monstruosidade era assim antagônica ao liberalismo político e constitucional, ou seja, às chamadas liberdades modernas então formuladas por Benjamin Constant. Nessa ótica, compreende-se o texto seguinte: “O Povo, como o mais interessado no triunfo da Constituissão, exuberantemente provou que tem dispozissão bastante para fazer triunfar, e reduzir a po o monstro que a quizer manxar” (*O Republico*, nº 16, 24 de novembro de 1830).

O ex-imperador Pedro I também era chamado de monstro e enganador: “Ja não existe entre nós o monstro que por longo tempo nos embaio; nosso valor o expelio do trono, Brasileiros (...)” (*O Tribuno do Povo*, nº 27, 14 de abril de 1831).

A monstruosidade tornou-se assim um dos paradigmas da busca da racionalidade política. O monstro é desumano, quer dizer, ameaça os valores da liberdade, da Constituição e da pátria que caracterizam os “direitos humanos”. À maneira das terríveis figuras que povoavam de fantasmas a imaginação dos descobridores dos novos mundos desde o século XV, os descobridores, ou construtores, das nações independentes tinham por seu lado outros “monstros” a enfrentar, mas eram aqui criaturas de carne e osso, freqüentadoras de salões e palácios.

Na simbologia, ao longo da história, o monstro aparece com freqüência como guardião de um tesouro: é preciso vencer dificuldades e superar obstáculos para conseguir vencê-lo. O monstro representa assim um rito de passagem, que pode ir até a devoração dos homens, para que nasça então um homem novo. Forma hedionda de um desejo pevertido, de forças irracionais, mas também símbolo de ressurreição (Chevalier & Gheerbrant, 1982: 644). No contexto específico de que tratamos, tais imagens não estavam deslocadas: tratava-se, como se sabe, de um momento de passagem da colônia à nação, do absolutismo ao liberalismo constitucional, ou da barbárie à civilização.

A imagem de deformação atribuída aos absolutistas engendrou uma forma particular no contexto brasileiro da época: o “corcunda”. No decorrer do processo de independência, e num quadro de longa duração que persistiria até o começo do século XX, a imagem do português corcunda esteve na moda no Brasil.⁴

Do lado espanhol da América, havia o hábito, entre os liberais, de chamar os adeptos da monarquia absolutista espanhola de “*corcovados*”, numa alusão ao gesto de reverência dos súditos que se curvavam diante do monarca. Essa denominação possivelmente se expandiu no mundo português, chegando ao

Brasil. Em geral, a mutilação, a disformidade, aparecem como desqualificantes nas diversas mitologias (Chevalier & Gheerbrant, 1982: 655).

Os “corcundas” tinham, mais visivelmente, alguma coisa de monstruoso. Pertenciam, na verdade, à família de monstros do despotismo: “Hidra do Carcundismo, ferra em ti mesmo os dentes (...)” (*O Macaco Brasileiro*, nº 2, 1822).

É curioso verificar que o sentido da palavra corcunda como adversário do liberalismo constitucional é encontrado justamente em Portugal em 1821, quando o país estava em plena revolução constitucional (Lopes de Lima, 1821).⁵ Foram os patriotas portugueses que apelidaram dessa maneira os adversários antiliberais, mas a expressão atravessou o oceano e, no Brasil, foi apropriada para se transformar em sinônimo de correligionário do “campo português”.

Os corcundas, assim, eram aqueles que se mostravam favoráveis à antiga dominação portuguesa: “Os Corcundas finalmente dirão o mesmo, ‘mutatis mutandis’, a esperança que o atrazo moral do Brazil, junto com a necessidade de manejar a Escravatura, e de ter força armada em pé, facilitaria em pouco tempo o regresso do Seculo de Marfim do Alentejo, que para elles foi tão propicio, e do qual só perderão as expectativas à vista de huma Constituição (...)” (*A Malagueta*, nº 1, dezembro de 1821).

Porém, bem rápido, esse rótulo ultrapassou a identidade portuguesa para se associar aos “despóticos” em geral. Os “corcundas” políticos eram aqueles que se preocupavam em denunciar a demagogia, a anarquia, os revolucionários. Eram sobretudo os inimigos das “novas idéias”, isto é, do liberalismo constitucional: “Aulicos corcundas, que chamão demagogia ao nosso liberal sistema, que não agrada a taes bizouros, e sangue-xugas do Povo” (*Compilador Constitucional Politico e Litterario Brasiliense*, nº 8, 23 de março de 1822).⁶

Conclusão

Vimos aqui as linhas gerais dessa “zoologia” que fazia parte do vocabulário político da época da consolidação da independência no Brasil, mais particularmente na Corte (Rio de Janeiro).

Havia, de maneira mais intensa, uma tentativa de animalização, através de metáforas que visavam a desqualificar o adversário, apresentando-o como irracional, isto é, sem Razão que legitimasse suas condutas políticas. A voz (enquanto expressão pública) e a linguagem eram associadas aos gritos, à ferocidade. Essas apreciações eram dirigidas sobretudo a um campo político e social vasto e diferenciado, que englobava republicanos, liberais exaltados, escravos, mestiços livres, entre outros. Alguns destes, por sua vez, tentavam revidar tais ataques incorporando-se à mesma lógica, elaborando também comparações animalizantes.

Os monarquistas vistos como partidários do despotismo, por sua vez, eram associados aos monstros, aos seres humanos deformados, e menos frequentemente aos animais. As imagens de monstruosidade, do corpo humano desfigurado, aparecem em profusão no contexto estudado. Convém lembrar aqui o livro de Antoine de Baecque (1993), que realiza uma instigante análise histórica das metáforas corporais durante a Revolução Francesa. Como já foi dito mais acima, os “despóticos” posavam ao mesmo tempo de modelo de civilização, já que os brasileiros preferiam modos de vida semelhantes ao do colonizador português e não ao das tribos indígenas, por exemplo. Seria, pois, incoerente atribuir ao adversário “despótico” características animais. Os patriotas brasileiros, entretanto, não podiam se conceber como semelhantes aos antipatriotas, aos que apareciam agora como antigos dominadores. Diante dessa ambigüidade, o olhar desses brasileiros enxergava nos seus adversários uma deformação do que deveria ser o rosto do novo homem, do homem moderno. Esse dualismo homens-animalizados e bestas humanas correspondia, aproximadamente, à concepção que as ciências naturais tinham sobre a relação entre os homens e os animais. Linné, seguido de Buffon, criou duas categorias: o *homo ferus*, próximo da animalidade, e o *homo sylvestris*, os antropóides ou animais que se assemelhavam aos humanos (cf. Tinland, 1992). O paradigma fixista das ciências naturais deixava, dessa maneira, sua marca nos debates de construção da nacionalidade brasileira.

Assim, acreditamos que o período de consolidação da independência política, que se constituiu também num dos momentos fundadores da nacionalidade (momentos esses que ocorrem, aliás, em profusão no Brasil...), foi sobretudo marcado pelas primeiras experiências de modernidade política, no sentido do liberalismo censitário e representativo. Entenda-se: modernidades e transformações de valores culturais e políticos que se davam num quadro híbrido, agregando permanências e tradições que muitas vezes tinham até peso maior na balança. As metáforas de animais, monstros e deformações fazem parte de uma lógica que indica tentativa de enquadramento, controle e dominação. Situadas nessa época “fundadora”, elas podem ajudar a compreender traços das estruturas mentais ditas de longa duração, que participam da conformação da identidade e das relações sociais da sociedade brasileira.

Notas

1. Ver, sobre este assunto, Tinland (1992). É sempre proveitosa

também uma consulta às *Oeuvres complètes* de Buffon (1822),

sobretudo ao volume intitulado *De l'homme*.

2. “Aviam passados apenas quinze dias em que fomos acometidos por feras da lizia”, *O Republico*, nº 51, 30 de março de 1831.

3. Alusão aos afrescos “Noites aldobrandinas”, expostos num palácio florentino do século XVII.

4. A expressão “corcunda” é citada diversas vezes nas teses de Martinho (1977), Neves (1992) e Ribeiro (1987).

5. A obra de Lopes de Lima é uma brochura escrita em estilo picaresco que tem como fio condutor a metáfora do “corcunda” no debate político.

6. Sobre essa associação entre “corcundas” e antiliberais, ver também *O Macaco Brasileiro*, nº 2, 1822, o diálogo entre um “camello” e um constitucional, *Nova Luz Brasileira*, nº 63, 27 de julho de 1830, e ainda “O Regente fez morrer o partido corcunda”, *O Republico*, nº 5, 28 de janeiro de 1837.

Referências bibliográficas

AUDEBERT, Jean-Baptiste. 1809. *Histoire naturelle des singes et des makis*. Paris, Desray.

BAECQUE, Antoine de. 1993. *Le corps de l'histoire. Métaphores et politique (1770-1800)*. Paris, Calmann-Lévy.

BAKER, Keith Michael et alii. 1987-1989. *The French Revolution and the creation of modern political culture*. Oxford, 3 vol.

BONTE, Pierre & IZARD, Michel (dir.). 1992. *Dictionnaire de l'ethnologie et de l'anthropologie*. 2ª ed. Paris, Presses Universitaires de France.

BUFFON, Georges Louis de. 1822. “De l'homme”, in *Oeuvres complètes*. Paris, Douai Tarlier, tome III.

CHARTIER, Roger. 1989. “Opinion publique et propagande en France”, in VOVELLE, Michel (dir.). *L'image de la Révolution Française*. Paris, Pergamon Press, volume IV.

CHEVALIER, Jean & GHEERBRANT, Alain. 1982. *Dictionnaire des symboles, mythes, rêves, coutumes, gestes, formes,*

figures, couleurs, nombres. 2ª ed. Paris, Robert Laffont/Jupiter.

DARWIN, Charles. s/d. *La expresión de las emociones en el hombre y en los animales*. Valencia, F. Sempere y cia, 2.t.

DEAN, Warren. 1997. *A ferro e a fogo. A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo, Cia. das Letras.

HABERMAS, Jürgen. 1978. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.

LATREILLE, André. 1810. *Histoire naturelle générale et particulière des singes*, Paris, F. Dunfort.

LÉVI-STRAUSS, Claude. 1964. *La pensée sauvage*. Paris, Plon.

LOPES DE LIMA, José Joaquim. 1821. *Diccionario carcundatico ou Explicação das phrazes dos Carcundas (...)*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.

MARTINHO, Lenira Menezes. 1977. *Organização do trabalho e relações sociais no interior das firmas comerciais do Rio de Janeiro na primeira metade do século*

Animais, Monstros e Disformidades

- XIX. Niterói, UFF (dissertação de mestrado).
- MELLOR, Alec. 1979. *Dictionnaire de la franc-maçonnerie et des francs-maçons*. Paris, Gallimard.
- MOREL, Marco. 1995. *La formation de l'espace public moderne à Rio de Janeiro (1820-1840) : opinion, acteurs et lieux*. (tese de doutorado).
- NEVES, Lucia M. Bastos Pereira das. 1992. *Corcundas, constitucionais e pés-de-chumbo: a cultura política da independência, 1820-1822*. São Paulo, USP (tese de doutorado).
- POCOCK, J. G. A. 1985. "Introduction, the state of the art", in *Virtue, commerce and history*. Cambridge, p. 1-34.
- RIBEIRO, Gladys Sabina. 1987. "Cabras" e "pés-de-chumbo"; os rolos do tempo: o antilusitanismo na cidade do Rio de Janeiro (1890-1930). Rio de Janeiro, UFRJ (dissertação de mestrado).
- ROSANVALON, Pierre. 1986. *Le moment Guizot*. Paris, Gallimard.
- THOMAS, Keith. 1986. *O homem e o mundo natural*. São Paulo, Cia. das Letras.
- TINLAND, Frank. 1992. "Les limites de l'animalité et de l'humanité selon Buffon et leur pertinence pour l'anthropologie contemporaine", in MAYR, Ernst (dir.). *Buffon 88 - Actes du colloque international*. Paris, J. Vrin.
- VEIGA, Evaristo F. da. 1937. A Bibliotheca de Evaristo da Veiga, segundo consta do seu inventario, procedido em 1837, in *Publicações do Arquivo Publico Nacional*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, vol. 34.
- VOVELLE, Michel. 1989. *Histoires figurales: des monstres médiévaux à Wonderman*. Paris, Hachette.
- Jornais do Rio de Janeiro (1820-1840) consultados (periódicos microfilmados da Fundação Biblioteca Nacional):
- Atalaia*
 - Aurora Fluminense*
 - Astréa*
 - O Beija-Flor*
 - O Çapateiro*
 - Compilador Constitucional Politico e Litterario Brasiliense*
 - Diário Fluminense*
 - Gazeta do Brasil*
 - O Macaco Brasileiro*
 - A Malagueta*
 - O Minhoca Verdadeiro Filho da Terra*
 - Nova Luz Brasileira*
 - O Papagaio*
 - Reclamação do Brasil*
 - O Republico*
 - O Tribuno do Povo*
- (Recebido para publicação em dezembro de 1998)